
Geografia e Ontologia Marxiana

Geography and Marxian Ontology

Rafael Rossi¹

Recebido em: 11/10/2016 Aceito em: 02/11/2016.

RESUMO: De modo geral a geografia é tratada apenas do ponto de vista gnosiológico enquanto um ramo da ciência que se especializou no estudo das diferentes dimensões físicas, sociais e outras que produzem o espaço geográfico. Certamente a Geografia é, também, uma ciência própria, específica. Todavia, propomos neste artigo uma reflexão de ordem ontológica materialista a respeito da Geografia. Neste sentido, podemos compreendê-la enquanto um complexo universal, ou seja, ontológico do ser social. Para demonstrar a necessidade deste raciocínio e deste modo de encarar esta problemática, trazemos as contribuições do filósofo húngaro Gyrogy Lukács, em especial, no tocante à sua monumental *Ontologia do Ser Social*, pois nesta obra há reflexões imprescindíveis para a compreensão a respeito da constituição do mundo dos homens numa perspectiva eminentemente crítica, radical e revolucionária.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia. Trabalho. Ontologia Marxiana. Espaço Geográfico.

ABSTRACT: *In general geography is treated just the gnoseological point of view, as a branch of science that specializes in the study of different physical, social and other that produces the geographical space. Certainly Geography is also a separate, specific science. However, in this article we propose a materialist ontological reflection on Geography. In this sense, we can understand it as a universal complex, ie the ontological social being. To demonstrate the need for this reason and this way of looking at this issue, we bring the contributions of the Hungarian philosopher Gyrogy Lukács, in particular with regard to its monumental Ontology of Social Being, because this work there are reflections essential for understanding on the formation of world of men in a highly critical perspective, radical and revolutionary.*

KEY WORDS: *Geography. Work. Marxian Ontology. Geographical Space.*

INTRODUÇÃO

Temos por intuito neste texto esboçar uma reflexão que compreende a geografia enquanto complexo social que possui uma *dependência ontológica* com o trabalho que é a categoria fundante do ser social. Ao contrário das abordagens tradicionais, não iremos expor detalhadamente todo o percurso da discussão sobre a ontologia e a geografia no âmbito do pensamento geográfico, pois este não é uma meta por nós proposta neste texto. Nosso objetivo é explicitar que a geografia, antes de se conformar num ramo específico do desenvolvimento

das ciências modernas, é um complexo social inerente ao ser social. Onde quer que existam grupos humanos, haverá a necessidade do trabalho, por exemplo, no sentido de transformação da natureza para a satisfação das necessidades humanas. *Mutatis mutandis*, compreendemos que o mesmo ocorre com a geografia: onde quer que existam grupos humanos haverá a produção e reprodução do espaço geográfico a partir da causalidade posta pelos atos de trabalho, isto é: haverá a produção da geograficidade, no sentido “[...] da condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade” (MOREIRA, 2004, p. 32). Com efeito, realizamos, aqui, uma análise histórico-ontológica sobre o complexo geográfico em meio a uma totalidade e se relacionando dialeticamente com os outros complexos sociais. O foco é, dessa forma, tratar a geografia pelo viés da ontologia marxiana. Procedemos deste modo, pois a ontologia marxiana (cujos maiores expoentes são Gyorgy Lukács e István Mészáros, além, claro, do próprio Marx) permite apreender a realidade objetiva em suas contradições, em sua lógica própria, em seu movimento histórico e processual. As categorias, neste sentido, expressam “formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011) e, com efeito, elas devem “[...] esposar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele” (SANTOS, 2006, p. 13).

Para sermos mais precisos ainda é decisivo esclarecer que tal reflexão se baseia na ontologia radical e revolucionária instaurada por Marx. Diferentemente das demais ontologias já produzidas pela humanidade, a ontologia marxiana apreende no trabalho a práxis que possibilita o “salto ontológico” – como Lukács (2012) nos explica – do ser meramente natural para o ser social sem, contudo, romper em absoluto com a natureza. Além deste aspecto radical inerente a esta “ontologia do ser social”, Marx possibilitou a apreensão dos fundamentos que estruturam esta formação social específica fundada no antagonismo inconciliável entre capital e trabalho e todas as demais alienações e reificações que emanam desta contradição primária. A sua perspectiva inteiramente revolucionária avança qualitativamente nos pontos de vista elaborados pelos mais sofisticados pensadores burgueses que já existiram, pois compreende a práxis humana em seu caráter ontológico e, em função disto, também pôde apreender as contradições que interferem nos complexos sociais com a entrada em cena da sociedade de classes, da propriedade privada, do Estado, da exploração do homem pelo homem, até, enfim, atingirmos o modo de produção capitalista. Para a ontologia marxiana, com efeito, o indivíduo se torna membro do gênero na interação com os outros seres humanos, permeado pela mediação da totalidade social e tendo por base as relações sociais de produção interferindo nesta dinâmica.

Dessa forma, tendo em mente estes elementos estruturais de nossa reflexão, compreendemos que a relação entre geografia e trabalho tem sido mal equacionada e, com isso, não permite apreender a relação que se estabelece entre estes complexos com funções sociais distintas. A nosso ver, poderemos vislumbrar uma articulação mais clara, dinâmica e precisa entre estes complexos se considerarmos a abordagem histórico-ontológica. Para esta abordagem, ao analisarmos qualquer atividade humana, devemos buscar a origem, a natureza e a função social que determinada dimensão possui. Função social, no entanto, deve ser entendida como a função que esta atividade que estamos investigando exerce no processo de reprodução do ser social (TONET, 2007). Portanto, se trata de estabelecer uma compreensão que realmente consiga capturar a articulação que se estabelece entre as diversas dimensões sociais. O objetivo em assim proceder é explicitar que a geografia, no âmbito da sociedade capitalista, jamais conseguirá atender plenamente e em seu conjunto as necessidades humanas e não as do capital.

A tese que defendemos – baseados nas análises de Lukács (2012; 2013) e Tonet (2005) – é de que há uma dependência de cunho ontológico da geografia para com o trabalho. O complexo geográfico, com a complexificação do ser social, possui uma autonomia frente ao trabalho, todavia, tal autonomia é sempre relativa e, ainda, a geografia se relaciona reciprocamente com os demais complexos que consubstanciam a totalidade social ou, como dizia Lukács, que conformam o “complexo de complexos”. Dessa maneira, dividiremos este texto em mais dois momentos. No primeiro momento é importante esboçar em linhas gerais os fundamentos mais essenciais da ontologia marxiana em seu aspecto radical e revolucionário. Na segunda parte, como continuidade de nosso debate, tratamos de apreender a função social da geografia por meio da análise da centralidade ontológica inerente ao trabalho e à totalidade social. Por fim, apresentamos nossas considerações finais no intuito de exprimir uma abordagem de ordem ontológica marxiana a respeito da dinamicidade que envolve trabalho, geografia e a totalidade social.

ONTOLOGIA MARXIANA E TRABALHO

Antes de entrarmos propriamente no assunto central do artigo são necessários alguns esclarecimentos a respeito da problemática a ser tratada. Escolhemos trazer para o debate geográfico as formulações de Lukács não por mera preferência acadêmica/intelectual. A justificativa é de outra ordem: o filósofo húngaro, na esteira de Marx, resgata os fundamentos ontológicos indispensáveis para a compreensão da constituição do ser social como obra humana dos próprios homens num processo intrincado e complexo puramente social. No início

dos anos 1960 Lukács publica os resultados de suas investigações numa obra intitulada “Estética”. Ele se propõe nessa época escrever os delineamentos de uma “Ética”. Todavia, para escrever a “Ética” era preciso buscar os seus alicerces “a partir dos delineamentos ontológicos deixados por Marx”. Tal empreitada o ocupou durante vários anos e devido à sua morte em 1971 ele não pôde concluir seu objetivo. Os manuscritos a respeito dos “delineamentos ontológicos” foram publicados na edição italiana com os títulos “Per una Ontologia dell’Essere Sociale” (1976-81) e “Prolegomeni all’Ontologia dell’Essere Sociale – questioni di principio di un’ontologia divenuta possibile” (1990), na versão original “Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins” (1984), como atesta Lessa (2012). No Brasil, os títulos são “Para uma Ontologia do Ser Social” (volume I e volume II) e “Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social”. Com efeito, precisamos ter clareza de que: “[...] a ontologia lukasiana tem por objetivo demonstrar a possibilidade ontológica da emancipação humana, da superação da barbárie da exploração do homem pelo homem” (LESSA, 2012, p. 09).

Uma vez feitas estas breves considerações, é ainda preciso esclarecer que, obviamente, no espaço de um artigo é impossível apontar mesmo que em linhas gerais as principais categorias, os principais fundamentos e estruturas da ontologia marxiana. Todavia, compreendemos que mesmo de modo superficial é de suma relevância considerar alguns elementos que nos sinalizam a potencialidade analítica e de intervenção inerente à perspectiva ontológica instaurada por Marx. Lukács (2012) nos explica que o ser social é a única esfera em que a práxis mostra toda sua plenitude ao permitir constatar o movimento das objetividades, tanto na sua reprodução quanto no seu desenvolvimento. A práxis também possui seu aspecto subjetivo, porém de algum modo este aspecto é negligenciado às proposituras que escapam à consideração sobre a ação real e concreta dos indivíduos sociais ao se relacionarem entre si e com a natureza em seu intercâmbio orgânico. Para a ontologia marxiana há uma concepção radical da realidade social para além da antinomia metafísica “entre liberdade e necessidade no agir humano”. Quando Marx trata da reprodução da vida humana enquanto um “problema central”, passa a se originar tanto no ser humano quanto em seus “objetos, relações e vínculos” uma dupla determinação da insuperável base natural para uma contínua transformação eminentemente social desta base e, para isso, o trabalho “[...] é a categoria central, na qual todas as outras determinações já se apresentam *in nuce*” (LUKÁCS, 2012, p. 285).

Com o trabalho há, dessa forma, uma dupla transformação: tanto a natureza se modifica para fornecer os meios de produção e de subsistência necessários à satisfação das necessidades humanas, quanto o homem que trabalha também se modifica e passa a desenvolver “as potências” que nele se “encontram latentes” de modo a sujeitar as forças

naturais a “seu próprio domínio”. Os objetos naturais continuam a ser em si o que eram na natureza, todavia passam a ser inseridos numa causalidade que não é mais apenas natural, mas sim social e, para isso, é necessário um “conhecimento correto, através do trabalho” (embora este conhecimento nunca seja absoluto) para que suas propriedades, relações e vínculos possam ser “postos em movimento” e, com efeito, serem “convertidos em coisas úteis” em um “processo teleológico”, ou seja, orientado a um determinado fim (LUKÁCS, 2012). Podemos pensar na confecção de uma lança com objetivo de abater um animal grande e fornecer o alimento para o grupo. O homem que trabalha deverá escolher a madeira e a pedra mais apropriadas para a elaboração da lança. No entanto, para este homem que executa o trabalho há a necessidade de escolher uma madeira e uma pedra que existem objetivamente na realidade objetiva que ele vive. Temos, portanto, neste primeiro momento, o esboço dos fundamentos que permitem Marx atribuir a prioridade ontológica à objetividade e não à subjetividade e, deste modo, considerar que: “[...] não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2002, p. 20).

Assim, ao escolher a madeira e a pedra o homem idealmente elabora antecipadamente a lança que irá construir (prévia-ideação) e por meio de sua atividade corporal e intelectual transforma a natureza e o que antes apenas existia em seu pensamento. Ao realizar esta objetivação o homem ao final de seu processo de trabalho tem mais que apenas uma lança, ele desenvolve também uma série de conhecimentos (qual a melhor pedra, qual madeira é a mais apropriada, como deve ser determinado corte, posição etc.) que passam a se generalizar. Em outro momento ele poderá objetivar uma lança de modo mais rápido, uma lança menor ou maior, ou até mesmo ter conhecimento de que determinada pedra não serve para fazer lança, mas é perfeita para atender à necessidade de objetivação de outro instrumento, enfim, esta série de conhecimentos, habilidades, comportamentos que se originaram do trabalho em sua causalidade posta (teleologicamente orientada) permite compreender que “[...] os atos do trabalho apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos” (LUKÁCS, 2013, p. 159). Por meio do trabalho, deste modo, temos uma articulação indissociável entre teleologia e causalidade, entre subjetividade e objetividade, com a prioridade ontológica desta última. O trabalho sempre implica, ainda, em novas possibilidades e novas necessidades crescentemente sociais.

Podemos distinguir com essas rápidas análises que a diferença qualitativa entre o ser social e a natureza é que o processo reprodutivo no âmbito da causalidade natural se baseia apenas na reprodução biológica e encontra nela o seu “momento predominante”. Já no ser social, apesar de não ter rompido em absoluto com a esfera biológica, a sua reprodução – a

reprodução social – não é dada biologicamente, mas sim pela categoria do trabalho, enquanto momento fundante do “mundo dos homens” (LESSA 1992). Quando se efetua a objetivação da lança, como tratamos em nosso exemplo, tal conhecimento gerado, tal processo de trabalho, possui uma interferência sobre o homem que modifica também a sua própria natureza, sendo este um só processo como descrito por Marx em “O Capital”.

Lessa (1992) nos permite compreender com maior clareza, seguindo esta linha de raciocínio, a afirmação de Lukács (2013) a respeito de o homem ser um “ser que responde”, isto é, que coloca uma nova situação, uma nova necessidade a partir – basicamente – da práxis primária que é o trabalho enquanto intercâmbio orgânico e condição eterna (de que nos fala Marx a respeito do trabalho ser inerente ao ser social e, portanto, ser inerente à todas as formações sociais e, com efeito, ser uma categoria ontológica) do homem – sociedade – com a natureza. Também é com base nesta reflexão que se pode compreender de modo mais profundo o fato de Marx considerar que a “[...] humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir” (MARX, 2008, p. 48). Isto implica no entendimento base de que as possibilidades e necessidades colocadas pela humanidade em função das relações que os indivíduos sociais estabelecem entre si e no relacionamento com a natureza apresentam *in nuce*, as condições fundamentais – e não únicas – de sinalizar as mediações a serem elaboradas idealmente – a partir da realidade objetiva – que irão orientar teleologicamente os homens a “responderem” determinado colocado por eles mesmos em seus atos postos – em última instância – a partir do trabalho.

Com efeito, podemos afirmar que a ontologia marxiana se afasta da “ingenuidade” arcaica e prolixa com que se debate o empirismo, já que ele está estruturado numa “valorização instintiva da realidade imediatamente dada”. Esta atitude perante a realidade é limitada e “periférica”, pois neste caso o investigador pode enveredar facilmente por “aventuras intelectuais” assim que “ouse ir só um pouco além do que lhe é familiar” (LUKÁCS 2012). A ontologia marxiana supera o empirismo justamente por considerar o ser social enquanto uma totalidade, não sendo um produto intelectual oriundo da genialidade de Marx, mas sim constitui “a reprodução ideal do realmente existente” em que se capturam os “[...] elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo” (LUKÁCS, 2012, p. 297). Isto, todavia, só é possível, pois “[...] sendo a objetividade uma prioridade ontológica primária de todo ente, é nela que reside a constatação de que o ente originário é

sempre uma totalidade dinâmica, uma unidade de complexidade e processualidade” (LUKÁCS, 2012, p. 304).

O caráter de “complexidade e processualidade” também encontra articulação perante a categoria da totalidade enquanto uma síntese qualitativa dos complexos singulares e universais. Deste modo, “[...] o complexo apenas pode ser ‘complexo’ se suas partes constituintes, assim como as relações entre as mesmas, forem distintas, diferentes – contraditórias” (LESSA, 2013, p. 05). O fato de a ontologia marxiana considerar a análise da totalidade não implica que esta seja a-história e, muito menos, imutável, pois o desenvolvimento histórico da totalidade se dá “[...] no sentido da gênese e desenvolvimento de categorias mediadoras que tornam cada vez mais heterogênea e complexa a estrutura originária do ser”. Com efeito, isto não anula a constatação ontológica da totalidade social, “mas apenas que sua unitariedade última se afirma pela mediação de complexos antes inexistentes” e, assim como ocorre com os complexos, “a unitariedade da totalidade também se desenvolve, deixando de ser simples para ser crescentemente complexa” (LESSA, 2013, p. 08). Por isso podemos compreender que o caráter unitário da totalidade sempre se afirma em “seus momentos”, contudo, não ocorre exatamente do mesmo modo. Com efeito, com a complexificação da sua “substância” também aumentam e se intensificam “[...] as mediações que, por um lado, articulam em uma unitariedade última, e, por outro, possibilitam a gênese e o desenvolvimento de categorias e complexos crescentemente diferenciados”. Assim sendo, de modo geral, concordamos com o fato de que “[...] o ser é uma totalidade em desenvolvimento e, a história, em sua acepção mais genérica, o movimento do ser” (LESSA, 2013, p. 09)

Estas considerações – juntas a outras análises que fogem ao espaço de um artigo – permitem Lukács compreender o rompimento da ontologia marxiana com o idealismo em dois sentidos. Em primeiro lugar, há a compreensão de que o caminho cognoscitivamente necessário que parte da captura do real por um processo de abstração até a totalidade concreta é o caminho do conhecimento e não da própria realidade e, este último, ao contrário, “[...] é feito de interações reais e concretas entre esses ‘elementos’, dentro do contexto da atuação ativa ou passiva da totalidade graduada” (LUKÁCS, 2012, p. 305). Com efeito, para Lukács, é de fundamental importância distinguir qualitativamente o princípio da prioridade ontológica dos juízos de valor gnosiológicos, morais etc. que estão presentes nas perspectivas idealistas e “materialista vulgar”. O filósofo húngaro nos explica deste modo que por prioridade ontológica deve-se compreender o fato de que uma categoria só pode existir em função de outra, isto é, ontologicamente falando pode existir ser sem consciência, porém o inverso é impossível. Entretanto, disso “não deriva nenhuma hierárquica de valor entre ser e consciência”, ao

contrário, pois em toda “[...] investigação ontológica concreta sobre a relação entre ambos mostra que a consciência só se torna possível num grau relativamente elevado do desenvolvimento da matéria” (LUKÁCS, 2012, p. 307). É isto que permite, por sua vez, Tonet (2005) afirmar com relação à totalidade que:

[...] a partir do trabalho, surgem outros momentos específicos da atividade humana e na medida e que há, entre aquele e estes uma dependência ontológica e uma determinação recíproca, determinação que também existe entre aos diversos momentos, então o ser social se põe, na bela expressão de Lukács, como um complexo de complexos. Quer dizer, ele tem uma matriz ontológica – o trabalho cuja natureza não pode, de modo algum, ser negada, substituída por qualquer outro momento ou entendida em outro sentido que não o ontológico e com ela se articulam todas as outras dimensões sociais. **O surgimento de outros campos de atividade a partir do trabalho e o relacionamento entre aqueles e este e deles entre si, implica a existência de uma lógica na entificação do ser social.** Lógica esta que nada tem de determinista ou de teleológica, uma vez que a base última do ser social é constituída por atos individuais, nem absolutamente pré-determinados, nem absolutamente livres. (TONET, 2005, p. 41, grifos nossos)

Todos os complexos sociais, dessa forma, possuem para com o trabalho uma *dependência de cunho ontológico*, ou seja, só existe educação, filosofia, arte e geografia, etc., por exemplo, no âmbito do ser social e não no “mundo natural”, pois o trabalho é algo exclusivo aos seres humanos. À medida que o ser social se complexifica algumas dimensões passam a exercer uma atividade cada vez mais especializada e diferente do trabalho enquanto intercâmbio do homem com a natureza e, é neste aspecto que podemos vislumbrar a *autonomia relativa* de tais complexos que nunca é absoluta em razão da dependência ontológica que possuem para com os atos do trabalho, mesmo numa formação social em que a ciência, por exemplo, é altamente sofisticada. Deste modo, tendo tal formulação profundamente radical, a ontologia marxiana pode compreender a totalidade como uma rica interação entre tais complexos estabelecendo entre si uma *determinação recíproca*. Essa formulação – frise-se novamente – de caráter profundamente radical (no sentido marxiano de agarrar as coisas pela raiz) é inteiramente exclusiva à perspectiva ontológica posta por Marx ao considerar os “homens em sua atividade real”, ou seja, em seu “processo de vida real” (MARX e ENGELS, 2002).

Além do mais, no âmbito da sociabilidade burguesa regida pelos imperativos do capital que se sobrepõe em seu conjunto ao atendimento das necessidades mais básicas da humanidade, há que se considerar que “o projeto burguês” em razão de sua própria natureza está impossibilitado de extrapolar a sociedade de classes, pois “[...] não pode superar a exploração do homem pelo homem”. Isto, por sua vez, implica a “[...] impossibilidade de que

todos os indivíduos possam se realizar plenamente como seres humanos” (TONET, 2013, p. 19). O “projeto do proletariado”, por sua vez, ao invés de ser particular e limitado, é universal e ilimitado, pois implica na construção do modo de produção comunista com a superação – vejam que se trata da superação e não da reforma – do sistema do capital. Para que a sociedade efetivamente alcance este patamar de emancipação humana que representa o comunismo é preciso um conhecimento acerca da realidade social enquanto uma “possibilidade real” e “superior à forma da sociabilidade burguesa” e, para isso, se faz necessário um conhecimento que possibilite a crítica de orientação revolucionária do que já existe socialmente e que também permita compreender em profundidade o ser social e a origem, os fundamentos e estruturas da sociabilidade capitalista com a articulação “[...] íntima com a possibilidade e a necessidade de transformação também radical desta sociedade” (TONET, 2013, p. 19) e tal conhecimento, por sua vez, só pode ser desenvolvido com a base fundamental colocada pela ontologia marxiana.

A ontologia social não é apenas uma construção teórica de Marx. É isto também, porém inclui ainda “uma tradução ideativa, demandada pela classe trabalhadora” a respeito de uma realidade objetiva. Por isso, para Marx trata-se de partir de fatos reais e não de especulações e/ou fantasias. É tendo por fundamento as condições objetivas da existência social que se podem apreender às determinações mais gerais e essenciais do ser social em seu processo de complexificação e desenvolvimento. Deste modo é o trabalho como já argumentamos que possibilita a compreensão da relação entre natural e social, fazendo com que se origine um novo ser: o ser social. Para a perspectiva marxiana o ponto de partida é o trabalho em sua síntese entre teleologia e causalidade, sendo a categoria fundante de todos os demais complexos sociais. Ao submeter a natureza a seus fins o homem, por meio do trabalho, a modifica e neste processo desenvolve a dinâmica de autoconstrução, ou seja, de formação do indivíduo à membro do gênero humano e, portanto, indivíduo social. É isto que permite constatar que - tendo por base o trabalho - o ser social se complexifica e “[...] surgem inúmeras outras dimensões da atividade humana, cada qual com uma função própria na reprodução do ser social” e, deste modo, temos a constatação de “que o homem é um ser radicalmente histórico e social” (TONET, 2013, p. 98). Portanto, se quisermos entender a fundo a função social que a geografia possui no processo de reprodução social temos que nos debruçar sobre a sua origem e natureza articulados à categoria do trabalho em seu sentido ontológico e, com efeito, independentemente da formação social específica que ele assume, para então, podermos avançar sobre as determinações que o capital impõe, no caso da sociedade burguesa, aos complexos sociais.

GEOGRAFIA: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Como já sinalizamos anteriormente na abordagem histórico-ontológica importa analisar qualquer atividade humana – como a geografia – buscando a sua origem, natureza e função social, isto é, a função que exerce na reprodução do ser social (TONET, 2007). Por isso é fundamental compreender a ontologia marxiana em sua impostação ontológica radical e revolucionária frente às demais ontologias produzidas pela humanidade e, também, a compreensão do trabalho enquanto categoria fundante do mundo dos homens.

Deste modo, qual a função social do complexo geográfico? Se voltarmos à radicalidade necessária nesta tese e analisarmos os atos de trabalho a partir do exemplo da confecção de uma lança que abordamos anteriormente, poderemos constatar que com os conhecimentos, habilidades, valores etc. que foram construídos historicamente pela humanidade – formando a base da “cultura humana” em sentido lato – podemos verificar que o campo de possibilidades e necessidades que foram originados – sempre com a prioridade ontológica da objetividade sobre a subjetividade – permitiu que os homens alterassem substancialmente (de modo crescente e acentuado ao longo da história) o meio natural, imprimindo-lhe, cada vez mais, aspectos e objetos sociais. Dessa maneira, estamos diante do processo de *geografização* do mundo humano, estamos diante do processo de produção e reprodução do espaço geográfico. Uma área fértil para cultivo de plantas e animais, após a revolução agrícola e a domesticação de animais, implica (junto com os conhecimentos e habilidades “despertados” pelo trabalho) que tal área não seja mais apenas uma causalidade natural, mas igualmente um espaço geográfico, socialmente objetivado enquanto uma causalidade posta oriunda das possibilidades e necessidades que foram “trazidas à vida” pelos atos do trabalho. Esta é a função social mais ampla – ontológica – da geografia no processo de reprodução social, ou seja, a produção e reprodução do espaço geográfico com o crescente e conseqüente desenvolvimento dos territórios, lugares e regiões, alterando sobremaneira as paisagens naturais que se tornam, agora, não apenas naturais, mas também sociais, isto é: geograficamente sociais pela atividade sensível humana.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. O espaço é hoje

um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. (SANTOS, 2006, p. 39, grifos nossos)

Os sistemas de ações e os sistemas de objetos de que nos fala Santos (2006) e que conformam um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório” que possibilitam a existência do espaço geográfico é possível também de ser entendido enquanto uma característica ontológica do mundo dos homens, já que não é possível a existência de grupos humanos fora de um espaço geográfico fundado – em última análise – pelo trabalho, pela relação que os homens estabelecem entre si e com a natureza. O desenvolvimento de territórios, lugares e regiões é articulado de modo contraditório e complementar – em sentido lato – à formação do espaço geográfico. Por isso, podemos afirmar que o papel que a geografia exerce na reprodução social é a *produção e reprodução do espaço geográfico* com todas as características e qualidades que este implica.

Até o momento, entretanto, tratamos de considerar a função social em sentido ontológico da geografia e do trabalho. Agora, podemos avançar para compreender que a origem do complexo geográfico se dá com o momento em que a partir do salto ontológico permitido pelo trabalho e o surgimento do ser social há a produção social do espaço geográfico, dos territórios, lugares, regiões etc. Já a natureza do complexo geográfico é a própria transformação qualitativa do espaço natural tornando-o um espaço geográfico pela atuação humana. Contudo, isto não quer dizer que este complexo não seja atravessado pelas contradições que se desenvolvem no âmbito do surgimento das sociedades de classe, da propriedade privada, do Estado e da exploração do homem pelo homem. Os antagonismos inconciliáveis existentes entre capital e trabalho, na sociedade burguesa, por exemplo, não anulam a função ontológica da geografia, entretanto, no contexto desta forma de sociabilidade capitalista não é possível em seu conjunto uma geografia que seja “emancipadora”. O trabalho de Tonet (2005), por exemplo, nos mostra como que a educação, na sociedade capitalista, possui uma *dependência ontológica* com as *determinações estruturais* que emanam do capital e isto, por sua vez, impossibilita uma “educação humanizadora/emancipadora”. Entendemos que o mesmo possa ser considerado no tocante à geografia frente às determinações estruturais e incontroláveis (MÉSZÁROS, 2002) que emanam do sistema do capital.

Entendemos até agora que o trabalho é a categoria fundante do ser social e que todos os outros complexos são fundados por ele e, dessa forma, a totalidade social é composta por uma rica dinâmica entre tais dimensões sociais, possuindo, por isso mesmo, uma qualidade específica e que se diferencia da mera soma das partes. Neste aspecto, a totalidade social é o momento predominante que é fundado pelo trabalho. No âmbito da sociabilidade capitalista,

fundada pelo trabalho assalariado, é impossível em função deste modo de organização do trabalho e também dos “defeitos estruturais” (MÉSZÁROS, 2002) imputar ao capital uma lógica que lhe permita ser mais “humano” e menos desigual. Mézszáros retoma Marx ao afirmar que o capital não é uma “coisa”, mas sim, uma “forma incontrolável de controle sociometabólico” e sua incontrolabilidade repousa, em última instância, sobre o fato de ter “ele próprio” se originado historicamente como uma poderosa “[...] estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

É esta compreensão crítica e radical de Mézszáros – pautado nas análises provenientes da ontologia marxiana – que nos possibilitam entender a impossibilidade real e concreta de uma geografia que em seu conjunto contribua para o atendimento das necessidades humanas. Numa sociedade estruturalmente desigual em que os imperativos expansionistas do capital levam acentuadamente a uma situação de “produção destrutiva”, colocando o próprio futuro da humanidade em questão (já que estamos vivendo um momento de crise estrutural do capital e não apenas de uma crise cíclica, conforme Mézszáros – 2002 – nos explica) é infundado racionalmente esperar que a educação, a arte, a filosofia, a ciência, a geografia etc. atendam em absoluto os interesses humanos e não aos do capital. Isto nada tem de imobilista ou derrotista, apenas constatamos aquilo que realidade objetiva nos apresenta em suas mais diversas manifestações que, cotidianamente, expressam a essência desigual, destrutiva, perversa e irreformável do sistema do capital e suas repercussões na produção do espaço geográfico.

O patrimônio material e espiritual elaborado historicamente pelos seres humanos é desigualmente apropriado no âmbito da sociabilidade burguesa. Não basta, desta forma, apenas querer que a geografia seja “emancipadora” (ou como querem alguns: um “espaço geográfico efetivamente democrático”), pois para isto é fundamental que se supere este modo de produção, é imprescindível que superemos o trabalho abstrato rumo ao trabalho associado (do qual nos falava Marx) enquanto uma condição inextricável para a constituição de uma forma de sociabilidade de efetiva emancipação humana. A produção e reprodução do espaço geográfico regida pelos interesses do capital impõem uma série de alienações e reificações que se manifestam territorialmente, fragmentando regiões e impondo uma lógica desigual entre os diversos lugares sob os imperativos incorrigíveis da lógica societária burguesa. Veja-se, por exemplo, o envenenamento cotidiano a que estamos todos submetidos com o consumo permanente de agrotóxicos na maioria dos alimentos. Podemos ainda pensar nas diversas guerras que se fazem presentes em distintos territórios e que funcionam como mecanismo

perverso de reprodução do capital, uma verdadeira “incineração” de mercadorias e de força de trabalho para a manutenção da produção destrutiva. Tudo isto e vários outros exemplos nos mostram que a geografia do capital não é possível de ser reformada, mas sim, urgentemente superada.

Não é de se espantar, portanto, que o espaço tenha se tornado também uma mercadoria. O espaço se converte “[...] numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto”. O espaço geográfico, deste modo, apesar de ser global, tem sua utilização “efetiva” reservada “àqueles que dispõem de um capital particular” (SANTOS, 2004, p. 31). Entender, com efeito, a origem, constituição e lógica da sociabilidade capitalista é imprescindível – a partir das contribuições da ontologia marxiana – para contribuir com a construção efetiva de uma forma societária em que a geografia e os demais complexos sociais possam permitir o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, caso contrário reforçaremos os modismos academicistas de cunho idealista que retiram dos homens a práxis, a sua atividade sensível e depositam suas ilusões em potências transcendentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto tratamos de um polêmico debate a respeito da relação que se estabelece entre trabalho e geografia de um ponto de vista da ontologia marxiana. Entendemos que a geografia não pode ser tratada, tão somente, *ipsi litteris* como sinônimo de um ramo da ciência moderna. Antes de tudo, demonstramos como a geografia conforma um complexo social fundado pelo trabalho, possuindo uma autonomia relativa frente a ele e se relacionando reciprocamente com os demais complexos sociais. Lukács tratou, em sua obra de maturidade, de uma ontologia do ser social pelo viés da perspectiva marxiana. Nesse sentido, entendemos que não há uma ontologia da geografia, mas sim, é possível uma análise *onto-metodológica* a respeito do complexo geográfico. Portanto, a geografia, em nosso entendimento, antes de se complexificar num ramo específico da ciência é um complexo social, inserido numa totalidade com a qual se relaciona dialeticamente. Defendemos que para uma análise histórico-ontológica da geografia, ou, se preferirem, para uma “*ontologia da geograficidade*”, é necessário, antes de tudo, buscar a origem, a natureza e a função social que este complexo desempenha no processo de reprodução social. Por isso, partimos da explicitação dos fundamentos da ontologia marxiana e da categoria do trabalho, para, a partir disto, poder avançar no intuito de compreensão da práxis geográfica.

Isso, por sua vez, nos remete, indubitavelmente, à constatação da função social que exercem os complexos sociais para a sua necessária distinção. Por isso que: “[...] o que

distingue os complexos sociais, o que particulariza as ações humanas, não é a matéria que transformam (natureza ou relações sociais), mas sim a função que exercem na reprodução social”. Assim, a função social “[...] do escultor é a produção de obras de arte; do cirurgião, gerar saúde” e, deste modo, “[...] é a função social e não a modalidade de matéria a ser transformada que particulariza da um dos complexos sociais” (LESSA, 2014, p. 246). Com relação à geografia, argumentamos que sua função social é a produção e a reprodução do espaço geográfico.

Compreendemos que a abordagem histórico-ontológica permite o correto equacionamento da articulação dialética que se estabelece entre os complexos aqui analisados. O momento predominante é sempre o da totalidade social. Estas elaborações oriundas das contribuições de Tonet (2005) – na esteira de Lukács e Marx – são decisivas para não confundirmos complexos distintos como se fossem idênticos. Querer uma geografia “emancipadora” ou “transformadora” – ontologicamente falando – só pode significar uma mudança radical para além do trabalho abstrato/assalariado que funda a sociedade capitalista. A totalidade social, como nos explica a ontologia marxiana, é o *momento predominante* no desenvolvimento de cada complexo social (como ciência, geografia, educação etc.), todavia, este momento predominante se exerce enquanto mediação, ou seja, se atentarmos para o fato de que a totalidade social possui uma dependência ontológica para com o trabalho e a economia, como nos mostram as análises de Andrade (2014); Lessa (2013) e Tonet (2005). É esta compreensão que permite apreender tanto a *centralidade ontológica, quanto a centralidade política do trabalho*, pois almejar uma geografia que atenda aos interesses de todos os homens implica a tarefa inextricavelmente urgente e necessária em transformar radicalmente a totalidade social consubstanciada pelo sistema do capital. Somente através destes entendimentos compreenderemos as contribuições e os limites que a geografia pode oferecer à transformação qualitativa da ordem societária vigente.

Dessa forma, precisamos compreender que na atual forma de sociabilidade “O capital não pode ter outro objetivo que na sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800). Em razão disto que, se vislumbramos de fato a necessidade de uma geografia que atenda plenamente os interesses dos seres humanos e não os objetivos destrutivos, deformadores e escatológicos do capital, é fulcral e extremamente necessária a superação da sociabilidade burguesa e, com isso, a essencial clareza da luta pela *emancipação humana*.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. A. Trabalho e Totalidade Social: Qual o Momento Predominante da Reprodução Social? In: COSTA, G.; ALCÂNTARA, N. **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014, p. 175-204.
- LESSA, S. Lukács: Trabalho, Objetivação, Alienação. Rev. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, vol. 1, n. 5, p. 39-51, 1992.
- _____. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí: Unijui, 2012.
- _____. Lukács: O Método e seu Fundamento Ontológico. In: Montañó, C; Bastos, R. I. (orgs) **Conhecimento e Sociedade ensaios marxistas**. Outras Expressões, São Paulo, 2013.
- _____. Lukács, Trabalho e Classes Sociais. In: COSTA, G.; ALCÂNTARA, N. **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014, p. 235-255.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – Volume I**. São Paulo: Boitempo: 2012.
- _____. **Para uma ontologia do ser social – Volume II**. São Paulo: Boitempo: 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOREIRA, R. Marxismo e Geografia (A geograficidade e o diálogo das Ontologias). **GEOgraphia** – Ano 6, no. 11, pp. 21-37, 2004.
- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5ª ed. São Paulo: EdUSP, 2004.
- _____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.
- TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijui, 2005.
- _____. **Um novo horizonte para a Educação**. Texto base conferência pronunciada no I Congresso de Ontologia do Ser Social e Educação, promovido pelo IBILCE – UNESP – São José do Rio Preto em nov/dez 2007. Disponível em: < <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/> > Último acesso: set. 2015.
- _____. **Método Científico – Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

1 Licenciado e Mestre em Geografia pela UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP. Doutor em Educação pela mesma instituição. É docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS – em Campo Grande – MS, atuando no curso de Licenciatura em Educação do Campo e no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências - PPEC. E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com